

A contribuição dos estudos históricos para o desenvolvimento da Diplomática nos séculos XVIII e XIX

The contribution of historical studies to the development of Diplomatics in the 18th and 19th centuries

Natália Bolfarini Tognoli

Departamento de Ciência da Informação

Universidade Estadual paulista – UNESP

Marília - Brasil

RESUMO

A Diplomática nasce com o objetivo prático jurídico de verificar a autenticidade de diplomas, no século XVII. Durante os séculos XVIII e XIX, sofrendo a influência dos movimentos científicos e historiográficos europeus da época, a Diplomática é elevada ao *status* de disciplina científica cujo objetivo era verificar a autenticidade de documentos para fins de pesquisa histórica. Neste período verifica-se a grande efervescência teórica e metodológica da disciplina graças à introdução de seus estudos nos Institutos históricos. O presente artigo caracteriza a Diplomática neste período, abordando os fatores históricos que contribuíram para o amadurecimento da área, os marcos teóricos responsáveis pela construção da disciplina, bem como suas obras mais significativas e implicações aos arquivos.

Abstract: Diplomats rises as a study field in the 17th century with a juridical purpose related to the verification of authenticity of “diplomas”. Along the 18th and 19th centuries, Diplomats is deeply influenced by the European scientific and historiographical movements and gets the status of a scientific discipline devoted to the study of the authenticity of documents as a basis for historical research. This article characterizes Diplomats during the mentioned period in order to point out the main historical factors which have contributed to the development of the discipline, especially in terms of the author that have been responsible for the theoretical foundation of Diplomats.

Palavras-chave: Diplomática. História. Arquivística. Marcos teóricos

Keywords: Diplomats. History. Archival Science. Theoretical frameworks

Introdução

A Diplomática nasce como uma disciplina autônoma, em meados do século XVII, com o objetivo de verificar a autenticidade de diplomas para fins prático-jurídico. Devido a isso, sua teoria e método foram pouco desenvolvidos durante este período e somente nos séculos XVIII e XIX encontram um momento de desenvolvimento ímpar por meio dos estudos históricos, proporcionando um amadurecimento da área e alcançando uma posição privilegiada no contexto da historiografia europeia.

Revoluções sociais, políticas e econômicas marcaram este capítulo na história da Diplomática; e as obras escritas nessa época, refletindo o contexto, constituíram uma nova disciplina, cuja preocupação deslocava-se do conteúdo prático-jurídico dos documentos para alcançar a posição de ciência auxiliar da História.

A Diplomática vem sendo cada vez mais discutida no âmbito teórico e metodológico da Ciência da Informação por fornecer elementos para a análise documental na Arquivística e para o tratamento temático da informação na Biblioteconomia. Neste contexto, emergem estudos sobre seu desenvolvimento e aporte teórico e metodológico à organização do conhecimento, notadamente àquele arquivístico.

Quando as novas tecnologias da informação e as novas formas de produção documental passam a desafiar os profissionais da informação no final do século XX, os arquivistas encontram na Diplomática e em seu método novos elementos para auxiliá-los na organização do conhecimento arquivístico produzido pelas instituições.

Neste contexto, fazem-se necessários estudos que buscam analisar a construção teórica e metodológica da disciplina para que se possa compreender como uma disciplina nascida no século XVI, para verificar a autenticidade de diplomas da Idade Média, passa a fazer parte do rol de disciplinas *sine qua non* para a compreensão e organização dos documentos produzidos no século XXI.

O presente artigo caracteriza a Diplomática em seu segundo momento de desenvolvimento, ou seja, quando ela passa de disciplina autônoma com um método em formação, para se consolidar como disciplina auxiliar da História, com teoria e método próprios, ao lado de outras disciplinas como a Paleografia e a Arquivística. Para tanto são abordados os fatores históricos que contribuiriam para o amadurecimento da área e os marcos teóricos responsáveis pela construção da disciplina, bem como suas obras mais significativas e implicações aos arquivos.

A criação dos institutos de História: um impulso aos estudos das ciências auxiliares

O momento histórico foi um fator decisivo na construção da História e de suas ciências auxiliares. Durante o final do século XVIII e meados do XIX, emerge um novo valor de nação, com a consolidação dos estados nacionais na Europa, marcando um período de grande insatisfação de várias partes da sociedade europeia. O descontentamento do povo com as Monarquias e os regimes autocráticos, crises econômicas e a falta de representação política

da classe média fizeram eclodir revoluções em todo o continente, que buscavam um governo liberal e democrático, com o apoio da burguesia e da nobreza, assim como dos camponeses.

Após a Revolução Francesa, a sociedade assiste ao colapso de antigas instituições e a emergência de outras. Como consequência, os documentos da Idade Média pertencentes às instituições eclesiásticas ou imperiais perdem sua relevância prático-jurídica, uma vez que muitas das instituições às quais pertenciam foram extintas. As consequências dessas mudanças foram sentidas no estudo das ciências auxiliares, principalmente nos de Diplomática.

Enquanto o período das guerras diplomáticas durou quase até o fim do Império Alemão, à medida que ainda muitos processos do século XVIII recorriam aos diplomas antigos, sendo necessário por isso discutir sua autenticidade, após a era Napoleônica, o *status* jurídico público desses países estava apoiado sobre novos princípios de direito público e internacional, e raramente era necessário recorrer à antiga condição jurídica fixada nos velhos documentos medievais (Bresslau, 1998, 39, tradução nossa).

Os antigos documentos, vistos até então como meios de prova de títulos e direitos de propriedade, passam a ser utilizados para outros fins, encontrando na História uma posição de destaque.

O romantismo, movimento em voga, defendia um sentimento nacionalista, que encontrou fulcro nos estudos dos documentos como as testemunhas mais fiéis do passado, principalmente o medieval. Dessa forma, os arquivos são parte ativa no processo de formação da identidade nacional, ocupando um papel central na historiografia de 1800.

A abertura dos arquivos ao cidadão e à pesquisa histórica – iniciada na França com a criação dos *Archives Nationales*, em 1794 – e a descoberta das fontes primárias fizeram do século XIX um marco tanto para a História, quanto para as chamadas ciências auxiliares (Paleografia, Diplomática, Arquivística, Heráldica). Os historiadores viram-se deslumbrados pelo mundo que se abria diante deles, um mundo que podia ser alcançado por meio dos documentos, entendidos como verdadeiras testemunhas imediatas de um passado agora não tão distante.

Baseando-se em uma perspectiva rankeana¹, os historiadores consideravam os arquivos como os grandes depósitos do passado e os documentos ali preservados foram considerados fontes privilegiadas e basilares para a pesquisa histórica. Essa visão dos arquivos como lugares privilegiados de pesquisa influenciou uma história positivista, cuja

¹ Leopold Von Rank, historiador alemão do século XIX, introduz o método científico na pesquisa histórica e o uso dos documentos enquanto fontes primárias para entender o passado.

pesquisa baseava-se em um método crítico e nas ciências auxiliares, o que contribuía para uma visão histórica objetiva do passado, limitando algumas reflexões mais teóricas. Tal visão positivista influencia, conseqüentemente, as primeiras obras arquivísticas, como o Manual de Arranjo e Descrição dos Arquivistas Holandeses.

Adiciona-se, ainda, o fato de que muitos mosteiros e dioceses, após as Revoluções, tiveram seus documentos distribuídos em arquivos locais e disponibilizados não exatamente para o cidadão comum, mas para a pesquisa histórica e, quanto menor relevância jurídica possuíam, mais fácil era consultá-los. Segundo Duchein (1983, 5, tradução nossa),

Em nenhum país – salvo na Suécia, caso único – o direito de acesso aos arquivos estava explicitamente vinculado ao exercício dos direitos democráticos; dito de outra maneira, as leis e os regulamentos foram concebidos para facilitar a investigação de índole histórica e erudita que se baseia nos documentos do passado, mas não para permitir que o cidadão comum conhecesse os procedimentos governamentais e administrativos recentes e atuais.

A abertura e a disponibilização dos documentos fortaleceram, sobretudo, a relação da História com as ciências auxiliares, principalmente com a Diplomática que, naquele momento, perdia sua importância para a vida prático-jurídica, tornando-se uma ciência cada vez mais teórica, a serviço dos estudos históricos (Bresslau, 1998, 39, tradução nossa).

Na França, a aproximação da Diplomática, da Arquivística e da Paleografia com a História deu-se em 1821, com a criação da *École Nationale des Chartes*, em Paris. A escola foi criada a partir de um projeto de Napoleão, e fundada por uma ordem de Luis XVIII, com o objetivo de formar jovens capazes de organizar os depósitos de documentos confiscados na Revolução, e renovar a história nacional. Tornou-se, logo, um modelo de escola a ser seguido em toda a Europa, criando a formação de arquivistas-paleógrafos.

Notadamente na Alemanha, que desde o final do século XVII utilizava a análise crítica dos documentos para fins prático-jurídicos – a exemplo de Conring –, o sentimento de nacionalismo e patriotismo proposto pelo movimento levou os estudiosos da época a fundarem sociedades e institutos para a crítica das fontes documentais. Nasceram, então, as sociedades e Anais dedicados aos estudos dos documentos antigos – principalmente aqueles ligados à Idade Média. Dentre esses, Bresslau (1998, 41, tradução nossa) destaca: ‘Os anais da história do império alemão’ (*Jahrbücher der Geschichte des deutschen Reiches*), reunidos por Leopold Ranke e seus alunos, em 1834; e a ‘Sociedade para o estudo da antiga história alemã’ (*Gesellschaft für ältere deutsche Geschichtskunde*), reunida pelo barão Von Stein, em 1819. Essa última publicou, em 1872, sob os auspícios de K. Pertz, o primeiro volume de

Diplomata, obra que continha a edição dos documentos merovíngios reunidos durante quase cinquenta anos de estudo em arquivos italianos, alemães e franceses.

Ainda em 1831, Johann Friedrich Böhmer (1795-1863) publica *Regesta chronologico-diplomatica Karolorum. Die Urkunden sämtlicher Karolinger in kurzen Auszügen*, uma edição dos documentos imperiais e régios carolíngios de 911 a 1313.

Todo esse movimento de edição e publicação de fontes para o estudo da história da Alemanha, notadamente a partir da criação da Sociedade, foi chamado de *Monumenta Germaniae Historica* (MGH) e, ainda hoje, concentra-se na crítica e edição dos documentos do final do Império romano até 1500.

Neste período, a Diplomática continuou a se desenvolver, porém com um caráter menos prático-jurídico – visto durante as *bella diplomatica* – e mais teórico, a favor da História, atingindo, após as Revoluções de 1848, o ápice de seu desenvolvimento teórico-metodológico na Áustria.

Ao contrário da Alemanha, que há tempos já desenvolvia uma pesquisa científica própria, a Áustria comportava um ensino engessado no Império dos Habsbugos e, segundo Härtel (2006, 854, tradução nossa), o método crítico-filológico, desenvolvido na Alemanha já há bastante tempo, não pode firmar-se na Áustria, onde faltavam os pressupostos institucionais para um ensino de nível adequado.

A revolução austríaca foi um fator decisivo para uma mudança nos rumos dos estudos universitários desenvolvidos até aquele momento, permitindo uma maior concentração da pesquisa em âmbito universitário, com maior liberdade de ensino, aproximando-o da pesquisa, assim como uma maior autonomia da História. Essa reforma universitária foi executada por Leo Thun Hohenstein, que contratou professores alemães baseando-se no sistema de ensino das universidades da Alemanha.

Assim o historicismo pode entrar na Áustria; mas, nessa sua nova pátria, teve que desenvolver-se com uma conotação mais positiva. A filosofia da história, por sua vez, não foi considerada um tema e, até 1921, ainda eram disponibilizados apenas manuais de origem alemã. O velho ensino de história geral foi pouco a pouco dividido e, assim, o medievalismo pode ser ensinado por especialistas. As ciências auxiliares se dividiram, e o que permanece sob essa denominação esteve sempre mais ligado ao medievalismo, e o resultado desse desenvolvimento é visto ainda hoje (Härtel, 2006, 856, tradução nossa).

No entanto, em que pesem os reiterados benefícios trazidos à História pela Revolução nesse período, os historiadores também se viram envolvidos nas tensões e controvérsias do

país, principalmente no conflito entre os *Großdeutsch*² e os *Kleindeutsch*, encontrando, no estudo das ciências auxiliares, uma saída para que pudessem se considerar fora dos conflitos de seu tempo. Segundo Härtel (2006, 856, tradução nossa), essa corrente (*trend*) marcou fortemente o estudo da Idade Média na Áustria, contribuindo também para um desenvolvimento nos arquivos.

Neste contexto de revoluções e reformas, é criado, em Viena, o *Institut für Österreichische Geschichtsforschung* (IÖG), representando o ápice da ‘febre arquivística’ de um movimento positivista baseado no estudo crítico dos documentos do passado, por meio das ciências auxiliares.

Baseando-se no modelo da *École des Chartes*, em Paris, o IÖG é criado em 1854 como uma escola que tinha por objetivo estudar a história austríaca, centrando-se nos estudos das ciências auxiliares da História como uma premissa indispensável. Chamado à frente da direção do Instituto, o alemão Theodor Von Sickel (1826-1908) logo o transformou em um centro de referência para os estudos das ciências auxiliares, principalmente da Diplomática. Não podendo dedicar-se aos estudos históricos durante doze anos, Sickel voltou-se aos estudos diplomáticos, alcançando um nível jamais visto desde a publicação da obra de Mabillon, “tirando a nossa ciência do ciclo vicioso no qual se movia” (Bresslau, 1998, 44, tradução nossa).

O IÖG garantiu uma formação especializada útil não apenas para o trabalho nos arquivos, mas também nas bibliotecas e nos museus, e seus alunos (provenientes de todo o Império) foram inseridos nas grandes empresas editoriais do tempo. O instituto vienense, chamado o “Institut” por excelência, transmitiu um tipo e um nível de formação que deram frutos até o final do Império, terminado em 1918 (Härtel, 2006, 857, tradução nossa).

Os marcos teóricos da Diplomática Moderna: suas obras e contribuições

O historiador Theodor Von Sickel é considerado o pai da Diplomática Moderna. Seus estudos sobre os diplomas de reis e imperadores da Alta Idade Média enriqueceram os fundamentos da diplomática especial e o método da Diplomática geral. Quando foi convidado para ser diretor do *Institut* em Viena, Sickel já havia estudado na *École des Chartes* e na *Scuola di Paleografia, Diplomatica e Archivistica* em Milão, onde adquiriu muita experiência no campo dos estudos diplomáticos e paleográficos.

² Aderentes da causa *großdeutsch* defendiam a absorção do Império da Casa de Habsburgo pelo novo Estado Federal Alemão, enquanto o movimento *kleindeutsch*, que incluía os Austríacos, eram contra essa proposta.

Na posição de diretor do melhor Instituto de História da Áustria, Sickel pôde, finalmente, exercer todo o conhecimento adquirido nas escolas francesa e italiana, desenvolvendo um novo método para o estudo das fontes documentais, publicando, entre outras, duas das maiores obras de Diplomática: *Beiträge zur Diplomatik*, de 1861-1882 (publicada em 8 volumes), e *Acta regum et imperatorum Karolinorum digesta et enarrata*, de 1867 (com 2 volumes).

Desde a publicação da obra de Mabillon, era sabido que, para verificar a autenticidade de um documento, necessitava-se confrontá-lo com outros seguramente originais da mesma época e do mesmo autor e, assim, chegar a um veredito sobre o diploma em questão. O que Sickel propunha agora era um método para verificar a autenticidade do documento, baseando-se no confronto de escrituras de documentos produzidos pela mesma pessoa (no caso, aqui, do notário).

Ele partiu de uma observação que, depois, ao longo dos anos, formulou em um modo sempre mais claro e preciso [...] assim o confronto de escrituras torna-se o primeiro postulado da diplomática moderna e ao mesmo tempo o instrumento mais distinto de um conhecimento sem dúvida mais seguro, uma vez que se apoia sobre a evidência imediata da impressão ótica; é possível dizer que dessa forma a diplomática alcançou o patamar de uma ciência exata (Bresslau, 1998, 45, tradução nossa).

A diferença desse método para aquele de Mabillon consistia no fato de que o confronto de escritura proposto pelo primeiro limitava-se a demonstrar que o tipo de escritura variava segundo a época, enquanto Sickel propunha o estudo do tipo de escritura variando de notário para notário.

Entre 1873 e 1893, Sickel foi o responsável pela direção de *Diplomata* da *Monumenta Germaniae Historica*, na qual procedeu à edição dos documentos reais de 911 a 1002, totalizando mais ou menos 1300 diplomas. Essa empreitada permitiu a ele um estudo minucioso de comparação de escrituras e estilos de várias chancelarias. O documento passava, então, a ser examinado de acordo com a relação que possuía com os usos da chancelaria³.

Uma das obras mais citadas de Sickel, *Acta regum et imperatorum Karolinorum digesta et enarrata*, publicada em 1867, define um importante momento na história do método da Diplomática, principalmente no que tange a partição do diploma para sua análise crítica.

³ A Chancelaria é o órgão no qual são elaborados os atos de autoridades públicas, e onde reúnem-se todas as incumbências que dizem respeito a essa elaboração, ou seja, os recebimentos de petições e atos de privados, a coordenação dos atos preparatórios, as minutas e as cópias, autenticação e registro (Paoli, 2010, 74, tradução nossa).

Para escrever sua obra e promulgar um novo método de análise, Sickel reuniu poucos diplomas de um período restrito, de 751 a 840, aplicando, entre eles, o confronto de escrituras.

[...] aplicado aos documentos tidos como supostos originais, ele permite, por meio do confronto de escritura, reconhecer a mão ou as mãos que participaram de sua compilação, demonstrando sua originalidade; aplicado às cópias, com o confronto do estilo do ditado, demonstra sua autenticidade (Schiaparelli, 1909, 9, tradução nossa).

Ao aplicar a crítica diplomática a um número restrito de documentos específicos – régios carolíngios entre 751 a 840 – Sickel é considerado, ainda, o pai da Diplomática especial.

O autor é o primeiro a dividir o documento em *texto* e *protocolo*, partição e nomenclaturas até então inexistentes na análise diplomática e que, após seus estudos, são considerados as partes principais de qualquer documento diplomático. Segundo Paoli (2010, 25, tradução nossa)

[...] a nomenclatura foi proposta por ele primeiramente no livro sobre os documentos carolíngios; e desenvolvida progressivamente por ele mesmo e por outros (principalmente na Alemanha) nos campos diplomático e histórico-jurídico, e depois entrou de forma geral na linguagem científica, e acredita-se que permanecerá como algo definitivo, por nos parecer precisos e racionais os princípios sobre os quais se fundamenta.

A declaração de Paoli, feita em 1883, pode ser confirmada ainda hoje. Desde a publicação e a instituição destes termos nos estudos diplomáticos, os documentos têm sido analisados com base na separação de seu texto e protocolo, atestando a universalidade do método proposto por Sickel.

A estrutura da obra de Sickel também é outro ponto de referência para as obras que a seguiram. Até então as obras de Diplomática tinham uma estrutura diferente umas das outras e não abordavam somente os elementos da Diplomática, mas também aqueles concernentes às outras disciplinas auxiliares, como a Paleografia e a Sigilografia, muitas vezes dedicando livros ou capítulos inteiros sobre elas, como é o caso de Mabillon e Maffei. *Acta regum* não ignora essa parte, mas não se atém a ela com tanto afinco. Seu foco é o processo de formação e evolução dos documentos carolíngios entre os anos de 751 e 840, aproximando e confrontando atos de naturezas diversas. Para tanto, sua divisão é pragmática e baseada em definições que, pela primeira vez, podem ser vistas como inteiras enunciações, permeando toda a obra.

As definições apresentadas influenciaram tão substancialmente a literatura europeia da Diplomática que, ainda hoje, o termo *Urkunde*⁴ é indicado para definir o documento objeto da Diplomática, sem nunca ter sido questionada sua validade no contexto atual.

Sickel dedicou-se aos estudos dos documentos carolíngios que estavam inseridos no contexto alemão, deixando de lado uma pesquisa mais atenta à Áustria e seus documentos, contribuindo assim para uma nova estagnação da historiografia do país. Seu trabalho também não incluía os estudos dos documentos privados e, conseqüentemente, afastou a Áustria de tal movimento. Segundo Hartel (2006, 862, tradução nossa) “somente em 1911, Oswald Redlich publicou sua obra de arte, concernente a essa matéria”.

A participação de Sickel na historiografia europeia é marcada por uma ambigüidade de prós e contras, no que tange a sua “estadia” em Viena. Ao mesmo tempo em que contribuiu para uma renovação do espírito científico na Áustria – por meio de seus ensinamentos e pesquisas como docente de Diplomática no *Institut* –, não refletia, em seus estudos, um comprometimento com o país, deixando a Áustria carente de uma crítica sobre seus próprios documentos.

Contudo, em que pesem as implicações causadas por essa falta de comprometimento com os documentos históricos austríacos, é importante destacar que a contribuição de Sickel para o desenvolvimento de uma disciplina contemporânea pôde ser absorvida por todos aqueles que o seguiram e, conseqüentemente, aperfeiçoaram seu método de análise. Dentre eles, destacam-se principalmente dois nomes: Julius Ficker, diretor do Instituto de Innsbruck e Harry Bresslau.

Se a Diplomática deve a Sickel a introdução de nomenclaturas-chave para a análise crítica do documento, a Julius Ficker (1826-1902) deve-se a distinção entre o momento da ação (*actio*) e o momento da criação do documento (*conscriptio*). Contemporâneo a Sickel, Ficker, que estudava a história do Direito e das instituições com base nas fontes documentais, via a Diplomática como uma disciplina a serviço do historiador.

Encarregado, após a morte de Böhmer, de continuar a edição dos documentos imperiais e régios carolíngios, Ficker, ao estudar os documentos, deparou-se com várias contradições entre a data de criação do negócio jurídico (*actum*) e a data de sua redação (*datum*), o que o levou à criação de um sistema que preconizava o estudo da gênese do ato e de sua redação.

⁴ “*Urkunden ist eine Schriftliche, in entsprechende Form gekleidete Erklärung über Gegenstände oder Vorgänge rechtlicher Natur*” (Sickel, 1867, 2).

Ele estudou o processo de formação dos documentos separadamente em suas fases e fatores, e destruiu a lenda da ordem perfeita na produção dos documentos medievais, demonstrando que uma série de irregularidades presentes nos documentos isolados poderia ser explicada melhor estudando a história de sua formação, ao invés de supor, como até agora acontecia, um erro de tradição ou uma falsificação (Bresslau, 1998, 43, tradução nossa)

O documento diplomático, entendido aqui segundo a definição de *Urkunde*⁵ proposta por Sickel, pode ser entendido como um sistema composto de elementos, intrinsecamente relacionados, essenciais a sua forma e a sua formação. Os protocolos funcionam como uma moldura, protegendo o teor gravado na tela que possui um fato de natureza jurídica. Esse teor ou conteúdo jurídico tem o objetivo de provar a existência de um acontecimento específico, relacionado com as pessoas envolvidas no ato jurídico.

No entanto, deve-se ter claro que há toda uma preparação para que o documento possa estar perfeito e pronto para provar algo. De acordo com Paoli (2010, 58, tradução nossa), “não podemos entender o que é um documento sem antes saber como ele se tornou documento”. Esse estudo, proposto pela primeira vez por Ficker, marca uma evolução da Diplomática enquanto uma disciplina analítica, que passa a estudar o documento enquanto um sistema complexo de elementos-chave, podendo ser analisados com base na relação que estabeleceram entre si.

Antes de Ficker, o documento que apresentasse alguma irregularidade em sua redação, uma data incorretamente escrita, por exemplo, era imediatamente considerado como falsificação. Sua análise era descartada, e nenhum estudo crítico era realizado. Observando a importância do estudo da gênese documental – ou seja, do tornar-se documento –, Ficker propôs que os documentos fossem analisados com base em outros do mesmo autor ou chancelaria, por meio de um estudo crítico sobre o momento da ação e de sua redação para o suporte material. A partir de então, não se tratava apenas de analisarem-se comparativamente os documentos provenientes da mesma fonte, mas sim de estudarem-se todos os passos vividos pela ação antes de ela se tornar um documento. Instaura-se, portanto, pela primeira vez, o estudo do contexto jurídico no qual a ação que dará origem ao documento foi gerada, além da relação desta com os outros elementos essenciais à formação do documento, ou seja, as pessoas que fazem parte dela e a forma documental.

⁵ Testemunho escrito de um fato de natureza jurídica, redigido sob a observação de formas determinadas, destinadas a conferir-lhe fé e força probante.

Nesse sentido, o estudo da gênese documental divide-se em dois momentos: ação e documentação⁶. Ambos podem ser considerados procedimentos diferentes ou integrados, ocorrendo em momentos concomitantes ou distintos, ou seja,

[...] a ação pode ter conseguido sua plena eficácia antes de ser registrada no documento, ou pode ser cumprida por meio deste. No primeiro caso, ação e documentação constituem dois fatos distintos, e correspondem a dois momentos diversos; no segundo, uma e outra se confundem em um só momento histórico (Paoli, 2010, 57, tradução nossa).

Os momentos da ação e da documentação coincidem quando se tem, por exemplo, um documento dispositivo. Nesse caso, a documentação precede a ação e ambas permanecem intrinsecamente ligadas, sendo esse documento, segundo Paoli (2010, 57, tradução nossa), princípio e fim da ação jurídica. Ao contrário, *actio* e *conscriptio* podem ser considerados dois procedimentos distintos quando se tem um documento testemunhal ou probatório, ou seja, a ação precede a documentação e é válida e completa por si só, sendo sua passagem para a *conscriptio* um meio de afirmar e provar o fato ocorrido, ou simplesmente eternizá-lo.

A Diplomática deu um grande salto em direção às disciplinas modernas graças à junção dos métodos de Sickel e Ficker, que passaram a ser estudados e aplicados rapidamente em toda a Europa. Seus métodos proporcionaram uma maior segurança no momento da análise do documento – principalmente no que tange ao estudo da forma e de seus elementos –, graças à partição em texto e ao protocolo de Sickel, e do contexto jurídico no qual teve início a ação que o originou, como propôs Ficker.

Esses diplomatas racionalizaram, formalizaram e universalizaram a criação do documento, ao identificar nele os elementos relevantes, estendendo sua relevância no tempo e espaço, eliminando as particularidades, e relacionando cada um dos elementos aos seus objetivos finais. Os elementos identificados foram o sistema jurídico, que constitui o contexto necessário de criação do documento; o ato, sua causa determinante; as pessoas, seus agentes e fatores; os procedimentos, que guiam seu curso; e a forma documental, que permite que a criação do documento atinja seu propósito ao englobar todos os elementos relevantes, mostrando suas relações. (Duranti, 1990, 10, tradução nossa).

Baseando-se nos estudos dos alemães e austríacos, em 1889, Harry Bresslau (1848-1926), historiador e diplomata alemão, publicou a maior e melhor obra escrita em alemão sobre o estudo dos documentos diplomáticos de Alemanha e Itália. *Handbuch der Urkundenlehre für Deutschland und Italien* (Manual de Diplomática para Alemanha e Itália) é uma obra completa sobre a Diplomática geral, com foco nos estudos dos documentos medievais de ambos os países.

⁶ Os termos *actio* e *conscriptio* foram utilizados por Ficker em sua obra mais importante, *Beiträge zur Urkundenlehre* (Innsbruck, 1877), enquanto Duranti (1990), em uma abordagem mais contemporânea dos termos, preferiu chamá-los *momento da ação* e *momento da documentação*.

Sofrendo uma influência direta dos estudos de Sickel e Ficker, a obra de Bresslau é a primeira a apresentar um histórico detalhado sobre as origens da Diplomática, assim como seus principais colaboradores, fornecendo um material rico aos historiadores e diplomatas sobre os documentos régios e pontifícios.

A grande contribuição de Bresslau reside na composição de uma obra geral, que engloba todos os aspectos do estudo dos diplomas, desde Papebroch até Ficker, utilizada até hoje como um guia completo para os estudos dos diplomas. Por seu conteúdo geral e ao mesmo tempo específico, influenciou os estudos diplomáticos da *Scuola de Paleografia e Diplomática di Milano* e da *École des Chartes*, em Paris.

Assim como na Áustria, onde a criação do *Institut* tornou possível o aprofundamento dos estudos dos diplomas; na França, a criação da *École des Chartes*, na França, pode ser considerada o berço dos estudos diplomáticos modernos.

Inspiração para a criação do *Institut*, a Escola francesa, em meio aos conflitos e revoluções, permaneceu, durante um tempo considerável, sem se destacar, deixando para os alemães e austríacos todo o mérito da construção de uma Diplomática moderna. Durante esse período, alguns trabalhos foram publicados; não agregando, porém, um valor muito significativo para a construção de um método novo. Dentre eles, destaca-se *Éléments de paléographie* de Natalis de Wailly, publicado em 1838, considerada a obra mais ampla publicada na época, mas que se limitava apenas a reproduzir resumidamente aquilo que já se dissera na obra de Toussain e Tassin sobre Diplomática.

Segundo Bresslau (1998) e de Boüard (1929), somente após a publicação dos trabalhos de Leopold Delisle (*Catalogue des actes de Philippe-Auguste, 1856; Mémoire sur les actes d'Innocent III, 1857*), a *École des Chartes* começou a se destacar nos estudos diplomáticos. Influenciados pela escola austríaca, mais precisamente por Ficker, Sickel e Bresslau, os estudiosos da escola francesa começaram a publicar trabalhos mais inovadores, rompendo com o modelo da escola dos Mauristas, que até então dominava as publicações sobre os diplomas.

Neste contexto, é publicado, em 1894, *Manuel de Diplomatie*, de Arthur Giry (1848-1899), considerada a mais importante obra de Diplomática da época na França, uma vez que se desligava do modelo até então seguido no país, contendo os novos elementos da Diplomática moderna, como a partição do documento segundo o método de Sickel. Os franceses, a princípio ocupados e engessados com a Diplomática dos tratados do antigo regime, relutaram em aceitar o trabalho de Giry. Somente após sua aceitação pelos alemães, a

obra foi publicada na França e teve sua importância reconhecida, juntamente com outras do mesmo porte.

Os estudos diplomáticos italianos também sofreram uma grande influência da escola austríaco-alemã, encontrando em Cesare Paoli (1840-1902) seu maior representante. Aluno e depois professor da *Scuola de Paleografia e Diplomatica* do Arquivo de Florença, Paoli publicou primeiramente *Programma Scuolastico di Paleografia latina e Diplomatica* que, futuramente, comporia a obra fundamental do autor: *Diplomatica* (1898-1899).

Trata-se do primeiro manual de Diplomática moderna da Itália que, assim como a obra de Giry, apresenta os elementos clássicos dos manuais do antigo regime, mas agrega, agora, o conhecimento da gênese do documento e as definições apresentadas por Sickel, Ficker e Bresslau, demonstrando – aqui também – a grande influência desses para a construção de uma disciplina moderna global.

As implicações da Diplomática Moderna para os arquivos

As obras escritas neste segundo momento, ao contrário dos tratados publicados no Antigo Regime, não se atêm aos arquivos e suas instituições. Os documentos mantidos nos arquivos continuam a ser o objeto de estudo mais fiel para compreender os fatos do passado; mas, agora, os diplomatas não veem mais razão em se dedicarem capítulos inteiros às instituições de arquivo, como faziam os diplomatas do século XVII.

Mabillon, Tassin e Toustain, Fumagalli e Maffei – autores dos tratados de Diplomática mais importantes publicados no século XVII - foram muito explícitos em suas obras, ao tratar o *diploma* como objeto da crítica diplomática, dedicando capítulos inteiros às instituições arquivísticas que alojavam esses documentos. Ao contrário, nas obras de Sickel, Ficker, Bresslau, Giry e Paoli não há uma preocupação em caracterizar os arquivos – embora alguns deles tenham escrito, sem aprofundamentos, algo sobre o assunto –, visto que esse não é o objetivo da Diplomática Moderna.

A abertura dos arquivos aos estudos históricos compreende uma fase decisiva para o progresso das ciências auxiliares da História, mas, sobretudo, para a Diplomática. A Arquivística, considerada uma técnica para organizar os arquivos, teve sua importância reduzida à medida que se optou por uma organização temática dos documentos nas grandes e importantes instituições arquivísticas europeias.

A exploração dos documentos de arquivo, enquanto fontes para conhecer o passado, representou, ainda, um retrocesso na organização arquivística, que, até então, respeitava,

mesmo que timidamente, a relação dos documentos com seu órgão produtor. Buscando facilitar a pesquisa histórica, os documentos foram reordenados e reorganizados com base em uma classificação temática, causando um caos nos arquivos e pilhas de documentos, completamente desorganizados. Esse problema só seria resolvido, em 1841, com a promulgação do primeiro e mais importante princípio arquivístico, o da Proveniência⁷.

Nesse contexto, uma dramática mudança pôde ser observada no âmbito dos próprios arquivos, que passaram de meios administrativos para a administração e documentação de atividades jurídicas – como ainda o eram em 1700 – para simples depósitos do passado, o que contribuiu, em grande parte, para um atraso na formação da Arquivística enquanto uma disciplina com princípios e métodos próprios.

É importante dizer que os arquivos não interpretam um papel importante apenas na constituição da História do século XIX, mas também o fizeram no tocante ao desenvolvimento das ciências auxiliares, oferecendo uma vasta gama de material comparativo em âmbito paleográfico, diplomático e heráldico (Auer, 2006, 671, tradução nossa).

Os estudos dos diplomatas modernos baseavam-se neste material, e foram, conseqüentemente, aplicados a ele. No entanto, não houve uma preocupação em teorizá-los, muito menos em organizá-los ou estabelecer princípios para tanto. O foco, naquele momento, era outro.

Destaca-se, também nesta segunda fase, uma relação explícita da Diplomática com os documentos de arquivo, o que não caracteriza uma aproximação da Diplomática com a Arquivística. Embora mais próximos dos documentos de arquivo, os historiadores e diplomatas estavam mais afastados de uma preocupação em estabelecer definições e métodos para sua organização. O que se estabeleceu foi uma relação com os documentos na sua individualidade e não na sua organicidade.

Pode-se dizer que a promulgação do Princípio da Proveniência, em 1841, e a publicação do primeiro manual arquivístico – Manual dos Arquivistas Holandeses – em 1898, foram dois fatores-chave para a mudança de conteúdo nas obras da Diplomática Moderna. Uma vez que princípios são promulgados e manuais específicos de Arquivística publicados, nota-se um abandono por parte dos diplomatas modernos do estudo das instituições arquivísticas, pois não havia mais necessidade de abordá-las sumariamente em suas obras,

⁷ Atribui-se a Natalis de Wally a enunciação do princípio da proveniência em uma ordem de serviço francesa de 1841. O princípio consiste em “deixar agrupados, sem misturar a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou jurídica determinada: o que se chama de *fundo* de arquivo dessa administração, desse estabelecimento ou dessa pessoa” (Duchéin, 1983, 64, tradução nossa).

visto que, a partir daquele momento, isso poderia ser feito de maneira exaustiva nos manuais específicos da área.

A Diplomática Moderna contribuiu para a fixação de um método analítico crítico, baseado na gênese e no estudo da forma documental, transformando a Diplomática clássica em uma ciência “exata”. Os diplomatas alemães são os responsáveis por esse feito e os franceses e italianos têm uma boa dose de participação em todo o processo. No entanto, a Arquivística não pode agradecê-los nesse segundo momento, uma vez que não há nessas obras nada que sustente a construção de uma teoria ou método de organização arquivística.

Considerações finais

Conclui-se, portanto, que a Diplomática, nesse segundo momento, desenvolve-se paralelamente aos estudos da História, caracterizando uma relação de dependência, uma vez que o método histórico baseava-se na análise crítica do documento proposta pela Diplomática. Embora a História utilizasse métodos e definições de outras “ciências auxiliares” para realizar seu trabalho, sua relação com a Diplomática pode ser caracterizada como “monogâmica”, o que contribuiu para uma limitação da Diplomática ao campo dos documentos históricos medievais e, conseqüentemente, seu afastamento de outras disciplinas e/ou técnicas, como a Arquivística, a Paleografia e a Sigilografia, nesse segundo momento.

O contato com a Arquivística só seria retomado alguns anos depois, na França, onde se inicia um período de fértil colaboração entre ambas as disciplinas, caracterizando, pela primeira vez, um aporte metodológico diplomático para a constituição da Arquivística Contemporânea.

Referências

Auer, L. 2006. “Archivi, ricerca storia e scienza archivistica nell’Austria dell’Ottocento.” In *Archivi e Storia nell’Europa del XIX Secolo: alle radici dell’identità culturale europea*. Roma: Ministero per i beni e le attività culturali.

Bresslau, H. 1998. *Manuale di diplomatica per la Germania e l’Italia*. Trad. Anna Maria Voci-Roth. Roma: Ministero per i beni culturali e ambientali, Ufficio centrale per i beni archivistici.

Böhmer, J.F. 1831. *Regesta chronologico-diplomatica Karolorum. Die Urkunden sämtlicher Karolinger in kurzen Auszügen*. Frankfurt.

Boïard, A. de. 1929. *Manuel de Diplomatique française et pontificale*. Paris: Auguste Picard.

Delisle, L. 1857. *Mémoire sur les actes d'Innocent III*. Paris: A. Durrand.

Duchein, M. 1983. "Theoretical Principles and Practical Problems of Respect des fonds in Archival Science." *Archivaria* 16, summer: 64-82.

Duranti, Luciana. 1990. "Diplomatics: new uses for an old science (Part III)." *Archivaria* 30, summer: 4-20.

Ficker, J.V. 1877. *Beiträge zur Urkundenlehre*. Innsbruck: Verlag der Wagner'schen Universitaets- Buchhandlung

Giry, A. 1893. *Manuel de Diplomatique*. New York: Burt Franklin.

Härtel, R. 2006. "Studi medievali e scienze storiche ausiliarie in Austria nel secolo XIX. Archivi, ricerca storia e scienza archivistica nell'Austria dell'Ottocento." In *Archivi e Storia nell'Europa del XIX Secolo: alle radici dell'identità culturale europea*. Roma: Ministero per i beni e le attività culturali.

Paoli, C. 2010. *Diplomatica*. Nuova edizione aggiornata da G.C. Bascapè con 220 disegni e facsimili. Firenze: Casa editrice Le lettere, Terza ristampa.

Schiaparelli, L. 1909. "Diplomatica e storia." In *Annuario del R. Istituto di Studi Superiori, Pratici e di Perfezionamento in Firenze*: 3-31.

Sickel, T. 1867. *Acta regum et imperatorum Karolinorum digesta et enarrata*. Wien: Duck und Verlag Von Carl Gerold's Sohn.

Wailly, N de. 1838. *Eléments de Paléographie*. Paris: Imprimerie Royale.